

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COGEAE

Márcia Verstandig Pereira Lima Escobosa

**Construindo a conjugalidade: uma proposta de intervenção junto a
jovens casais.**

São Paulo

2015

Márcia Verstandig Pereira Lima Escobosa

**Construindo a conjugalidade: uma proposta de intervenção junto a
jovens casais.**

Monografia apresentada à Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-
SP), como requisito parcial para a obtenção
do título de especialista em Terapia Familiar
e de Casal, sob orientação da Prof^a. Dra.
Cláudia Bruscin.

São Paulo

2015

“O amor incondicional não deve ser concebido como a transformação de duas ilhas em uma única massa sólida de terra. Um relação saudável é aquela em que as duas ilhas devem permanecer separadas e distintas, mas cujas praias são banhadas pelas mesmas águas compartilhadas do amor.”

O profeta - Gibran (1978)

Ao meu marido Ricardo, grande amor da minha vida em uma união de 37 anos, sempre me apoiando e me fazendo acreditar que vale a pena! Aos meus filhos Júlia e Gustavo, dos quais tenho muito orgulho, pela compreensão e apoio nos tantos momentos de minha ausência. Aos meus pais, que tenho certeza, estão me aplaudindo lá de cima. E a Mariana, minha filhinha do coração que sempre esteve, e estará ao meu lado me apoiando e contribuindo para a realização deste trabalho e de muitos outros que virão.

Agradecimentos

À minha família por todo apoio e compreensão e o amor incondicional diante das minhas ausências e por nunca me deixarem desistir.

Um agradecimento especial para minha filha do coração Mariana por todo amor, carinho, companheirismo e dedicação.

A minha querida amiga Miriam pelo apoio, doçura e companheirismo.

As queridas Arlene e Alzira pelo carinho e amizade.

À Florinha pelo carinho, pela confiança e amizade.

Ao Belinho pela amizade, risadas e o grande carinho dedicado a mim.

À minha querida orientadora Cláudia Bruscagin pela paciência, apoio, compreensão e ensinamentos.

À todas as professoras do curso por compartilharem suas vivências, experiências e sabedoria.

Muito obrigada!

Resumo

Considerando as informações sobre casamento na atualidade e a ausência de programas brasileiros para a orientação e preparação de casais para a conjugalidade, acreditamos ser importante o desenvolvimento de um trabalho com foco nas demandas sociais referentes ao matrimônio. Nossa proposta visa a construção de um Programa Psicoeducativo para casais no período pré-matrimonial e para casais recém-casados promovendo informação com relação a aspectos importantes da vida conjugal, como expectativas com relação ao parceiro e ao casamento, ciclo vital, formas de comunicação, papel da família de origem, compreensão da individualidade x intimidade, divisão de tarefas e o crescimento da mulher no mercado de trabalho. A identificação da necessidade de buscar orientação pré-nupcial ou no início do casamento é, sobretudo, pelo fato de que os casais com problemas sérios chegam para terapia de casal muito tarde. Tal programa tem caráter preventivo, visando capacitar os casais para que reconheçam seus recursos para solucionar os conflitos conjugais e não deixando para buscar ajuda terapêutica quando já não é mais possível manter esta união. Nossa proposta é, portanto, construir um curso que auxilie e capacite os membros do casal a compreender aspectos fundamentais da dinâmica conjugal.

Palavras-chave: casamento, conjugalidade, aconselhamento, comunicação, psicoeducação

Sumário

1.	Introdução	08
2.	Objetivos	14
	2.1. Objetivo geral	14
	2.2. Objetivos específicos	14
3.	Fundamentação Teórica	15
	3.1. Pensamento Sistêmico Novo Paradigmático	15
	3.2. Ciclo Vital	17
	3.2.1. Fase de aquisição	18
	3.3. Teoria da Comunicação	20
	3.3.1. Problemas na comunicação	24
	3.3.2. O casal e a comunicação	25
4.	História do Casamento	26
	4.1. A escolha do parceiro	28
	4.2. Ritos de Passagem	31
5.	Conjugalidade	32
	5.1. Construção da Conjugalidade na Contemporaneidade	32
	5.2. Vínculo Conjugal	35
	5.3. Contrato Matrimonial	36
	5.4. A dinâmica conjugal: obstáculos ao crescimento	38
6.	Método	40
	6.1. Proposta de intervenção	40
	6.2. Estrutura do Programa Psicoeducativo	42
7.	Considerações Finais	43
8.	Referências	44

1. Introdução

A qualidade e a duração das relações conjugais contemporâneas levaram-me a questionar de que forma se constroem estas relações na atualidade, que bases as alicerçam e de que modo os cônjuges concebem a vida conjugal. Considerando as constantes mudanças sociais e culturais, a indústria do casamento e seu crescimento desenfreado não é incomum pensar que o sonho de um casamento feliz e que floresça em uma família nuclear e estável não faça parte das expectativas de um jovem casal. Basta observarmos o custo emocional e financeiro para que o dia do casamento seja único e inesquecível. Em uma conversa informal com um casal conhecido, proprietários de uma empresa sólida no ramo de fotografias e especialista em registrar casamentos, me deparei com seu espanto diante do crescimento do número de divórcios no primeiro ano de união, afirmando que em alguns casos os casais não chegam nem a pegar o álbum. Tal constatação me fez refletir sobre minha própria história: vivo um relacionamento estável, feliz e de longa duração. São 35 anos de convivência entre namoro e casamento, me vejo reproduzindo um modelo de família, onde a união dos meus pais apenas foi interrompida pelo falecimento de minha mãe, após 37 anos de história.

Segundo dados do IBGE, a maioria dos divórcios do país foi de casais com entre cinco e nove anos de casamento, tais dados mostram que 21% dos divórcios judiciais aconteceram nessa faixa. Em 2011, 18% dos termos judiciais de casamento aconteceram antes de os casais completarem o primeiro aniversário de casamento. Em 2012 o IBGE publicou dados que mostram que em um ano a taxa geral de divórcios cresceu 45,6%, chegando ao maior patamar da série histórica. Através destes dados, podemos pensar que os casamentos estão durando cada vez menos no Brasil, pois a maioria dos casais (56,5%) está se divorciando antes de completar 15 anos de união. Os que nem chegaram a completar um ano de casados, e que antes não constavam entre as dissoluções, agora já representam 1,8% do total.¹

No Espírito Santo, o Jornal Gazeta, publicou uma matéria com índices surpreendentes apontando para a antecipação da chamada “crise dos sete anos”: “No Estado do Espírito Santo 20% dos casamentos terminam em até cinco anos de união, e a média de idade dos divorciados é de 30 anos.” Destaca que “casos como esses estão cada vez mais comuns e as

¹ http://imguol.com/2012/12/14/divorcios-por-tempo-de-casamento-em-2011-de-acordo-com-o-ibge-1355520522773_300x399.jpg

Data de acesso: 21/01/2014

estatísticas mostram que se foi o tempo em que a grande ameaça dos casais era a crise dos 7 anos”².

Para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2004) os laços humanos estão cada vez mais frágeis, estamos tão acostumados às relações de mercado que tentamos aplicá-las a tudo, inclusive as relações pessoais e ao casamento. Em minha prática clínica observo que os casais e indivíduos que buscam auxílio e orientação de um profissional apresentam algumas dificuldades no que se refere a formação e rompimento de vínculo afetivos, pois diante da necessidade de relações e satisfação imediata do desejo, acabam por colocar o outro no lugar de produto responsável por atender suas demandas, esquecendo-se da necessidade de investir em um relacionamento.

Inquieta diante de minhas indagações fui buscar artigos e publicações que abordassem a temática do casamento e sua duração. Assim, encontrei inúmeros trabalhos voltados para compreensão das possíveis causas do aumento crescente do divórcio, bem como muitos programas voltados à educação conjugal (Feres-Carneiro, 1998; Miller, S.; Wacjman, D. B.; Nunnally. E. W., 1983, Stanley, S M.; Brandbury, T. N.; Markman, A. H. J., 2000, Adler-Baeder, F; Hilgginbotham,B.; Lamke, I., 2004, Matttos, Feres-Carneiro & Jablonski, 2005).

A bibliográfica levantada aborda, sobretudo, a temática dos cursos de casais, assim, deparamo-nos com muitas estratégias que visam a manutenção e a estabilidade do relacionamento conjugal. Segundo Stanley, Markman, St. Peters e Leber (1995), é possível aprender a “ser casal”, uma vez que existe um aprendizado necessário para muitas tarefas em diferentes momentos do ciclo vital. Nesta perspectiva, surge como alternativa para orientar casais na fase pré-nupcial, a educação conjugal definida como um treinamento que visa capacitar esses casais para uma relação de intimidade e vida a dois. Tais programas se propõem a desenvolver uma educação conjugal a partir de diferentes propostas de intervenção que datam de mais de 40 anos nos Estados Unidos e tem sua origem nos preceitos de algumas religiões, preparando os cônjuges para se casarem e também através de grupos que se reuniam para refletir a vida familiar a luz da doutrina cristã. (Feres-Carneiro, 1998; Miller, S.; Wacjman, D. B.; Nunnally. E. W., 1983, S M.; Brandbury, T. N.; MarkmanA, H. J., 2000, Adler-Baeder, F; Hilgginbotham,B.; Lamke, I., 2004, Matttos, Feres-Carneiro & Jablonski, 2005).

² *Jornal A Gazeta, Vitória (ES), de 14/04/2013 – Matéria de Renata Lacerda :*
http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/04/voce_ag/vida/1428562-nao-entre-para-o-time-dos-divorciados-antes-dos-30.html. Data de acesso: 21/01/2014

Há cerca de três décadas, surgiram outras iniciativas a partir de alguns terapeutas de casais fundamentadas em dados empíricos. Estas iniciativas classificam-se como programas educacionais e tem como foco informar aos casais sobre áreas teoricamente geradoras de conflitos, como é o caso da divisão de tarefas, finanças e o relacionamento com a família de origem. Nas últimas duas décadas o tema dos relacionamentos conjugais tem sido amplamente investigado e discutido, desse modo, surgem novas demandas e os programas conjugais passaram a enfatizar também o treinamento de habilidades para a resolução de conflitos, além da satisfação conjugal (Brandbury, Rogge e Lawrence, 2001).

Atualmente nos Estados Unidos e Austrália, por exemplo, existem dois tipos básicos de programas de educação conjugal: os pré-nupciais que visam auxiliar os casais que pretendem unir-se maritalmente a se prepararem para o casamento e os conjugais que destinam-se aos cônjuges casados. Tais programas têm caráter preventivo, visando capacitar os casais para que tenham recursos para solucionar os conflitos conjugais sem que haja a necessidade de recorrerem a intervenções terapêuticas, que muitas vezes são tardias e acabam não sendo tão eficientes na manutenção da união (Stanley, Markmen, St. Peters & Leber, 1995;; Mosmann, Wagner & Feres-Carneiro, 2006).

Segundo Rogge et al (2002) esta prerrogativa, que fala sobre a intervenção psicológica diante de casais, está fundamentada em resultados de pesquisas na área e que apontam para três evidências empíricas, como o aumento do número de divórcios, conflitos conjugais e dificuldades comunicacionais, que sustentam que se intervenha de forma preventiva com casais, pois os maiores índices de divórcio se concentram nos primeiros cinco anos de matrimônio. A identificação da necessidade de buscar orientação pré-nupcial ou no início do casamento é, sobretudo, pelo fato de que os casais com problemas sérios chegam para terapia de casal muito tarde.

Os programas de orientação conjugal apresentam diferentes tipos de metodologia, entre as quais podemos destacar alguns recursos e propostas que incluem o uso de questionários, em que os casais os respondem e estes são submetidos a posteriores análises feitas por um profissional treinado e que em seguida discute os resultados com os participantes (Miller, Wacjman & Nunnally, 1983; Feres-Carneiro, 1998; Brandbury & Markman, 2000; Gottmann & Notarius, 2002; Stanley Baeder, Higginbotham & Lamke, 2004 ; Feres-Carneiro & Diniz Neto, 2010; Magalhães, Neto & Strey, 2011).

Os workshops em que se reúnem grupos de até 20 casais, onde são propostas conversas, discussões e atividades delineadas têm como o objetivo desenvolver habilidades

em áreas críticas para qualidade conjugal. Alguns programas combinam as duas técnicas e o facilitador é um terapeuta ou conselheiro conjugal. Embora a prática de cursos voltados à conjugalidade e sua construção tenha seu berço nos Estados Unidos, essa prática tem se difundido por todo o mundo (Wagner & Mossmann, 2011).

Rios-Gonzalez (1994), define três níveis de intervenção familiar: Educativo, Assessoramento e Terapêutico. O Educativo e o Assessoramento, destinam-se a orientar as famílias antes que haja sintoma. Assim, estas intervenções buscam oferecer esclarecimentos sobre o período e o processo de desenvolvimento de uma família e um casal. No nível terapêutico as intervenções visam capacitar a família e o casal para a elaboração ou reestruturação do funcionamento daquele núcleo.

Temos ainda os cursos de cunho religioso, que são os encontros de casais que acontecem em diferentes contextos e de formas bem variadas, porém todos pretendem atingir o mesmo objetivo: propiciar aos casais momentos de reflexão e debates sobre questões familiares, bem como, fortalecer os laços afetivos e conhecer as diferentes fases da vida conjugal. Entre eles destacamos (Amaral, 2003):

- **Marriage Ministries International (M.M.I.)**, que deu origem ao “Casados para sempre”, com seu berço nos Estados Unidos, já esta sendo ministrado no Brasil desde 1985, hoje esta presente em 27 estados brasileiros e atuando no mundo em 96 países;

- **Encontro de Casais com Cristo (E.C.C.)**, é um serviço da igreja Católica, aprovado pela CNBB – *Conferência Nacional dos Bispos*, para evangelizar a família e para despertar casais para as pastorais paroquiais. Este serviço foi fundado em 1970 pela Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Vila Pompéia pelo Padre Alfonso Pastore, esta vigente até a atualidade;

- **Encontro do Diálogo** originou-se na Espanha, contudo, chegou ao Brasil através dos Estados Unidos na década de 70. Este trabalho define-se como um encontro baseado no diálogo e no bom relacionamento e o casal é incentivado, por exemplo, a nunca dormir sem antes conversar com o cônjuge, ensinam que o objetivo é o relacionamento do casal sempre ser permeados pelo diálogo com Cristo;

- **Equipes de Nossa Senhora (E.N.S.)**, primeiro movimento de casais a surgir no meio católico é constituído por leigos e era dirigido a casais católicos unidos pelo sacramento do matrimônio. Surgiu na França em 1939 sob orientação do Padre Henri Caffarel, sendo importante destacar que até esta época a igreja e a vida cristã eram consideradas alheias ao

relacionamento marido e mulher. No Brasil este movimento está implantado há cerca de 50 anos;

- **EIRENE** é uma associação internacional de raízes latino-americanas, sem fins lucrativos, de profissionais cristãos que trabalham em favor do desenvolvimento, fortalecimento e defesa da saúde integral da família no Brasil, na América latina e no mundo.

- Na Igreja metodista temos o movimento que visa orientar famílias, denomina-se, **Ministério de Unidade Familiar**, tendo como missão o fortalecimento conjugal, melhorando o relacionamento familiar e integração dos casais;

- **Igreja Baptista Memorial de Jundiaí**, realiza dois encontros anuais nos moldes da Igreja Metodista. O evento é estruturado em torno de palestras proferidas pelo pastor da igreja, por especialistas e convidados (médicos, líderes de casais de outras comunidades) (Amaral, 2003).

Terapeutas de casal e família, pesquisadores da área perceberam que os casais necessitam de ajuda estruturada de uma forma mais sistemática para conseguirem manter a satisfação em seus relacionamentos, para que esses pudessem ser mais duradouros. Esta constatação levou os governos de países como Estados Unidos e Austrália, por exemplo, a assumirem os programas de intervenção com casais como uma questão de saúde pública (Adler-Baeder; Higginbotham & Lamke, 2004; Halford, Markman & Griffith, 2008).

Em 2004 foi liberada a primeira verba pública do governo norte-americano para o desenvolvimento de programas de intervenção conjugal. À vista disso muitos estados do país adotaram a iniciativa voltada para prevenção, partindo da premissa que muito pode ser feito antes que os problemas se iniciem e, assim, economizar sofrimento dos cônjuges, de seus filhos e das famílias envolvidas (Wagner & Mosmann, 2011).

Os modelos norte-americanos mais reconhecidos em educação conjugal são o da “Couple Communication” (Comunicação conjugal), proposto por Miller, Wacjman & Nunnally (1983); o “Relationship Enhancement” (Reforço Conjugal), de Guerney (1977) e o “Prepare – PREP”, criado por Stanley, Markman, St.Peters & Leber (1995) que, apesar de antigos, vigoram até hoje e funcionam como referência para os programas mais atuais (Halford, Sanders & Behrens, 2001; Halford & Wilson, 2004; Adler-Baeder, Higginbotham & Lamke, 2004; Stanley, Amato, Johnson & Markman, 2006).

No Brasil é mais comum que este tipo de orientação esteja associada a trabalhos religiosos, pois é imprescindível que os noivos participem de cursos para casais ministrados

pelas instituições religiosas a que pertencem para poderem realizar o casamento religioso (Maldonado, 1996; Barbalho, 2000; Coelho, 2003; Rosa, 2005; Gomes, 2008; Aucoin, 2012; Souza, 2012). Wagner e Mosmann (2011) apontam que

“Um dos aspectos que também explica a escassez de propostas no Brasil no campo da educação conjugal é a falta de uma mentalidade voltada a prevenção da saúde, a clínica terapêutica tem sido eficaz e tem se proliferado em nosso contexto; entretanto, as intervenções em uma perspectiva preventiva e psicossocial ainda são quase inexistentes”. (p.269)

Considerando as informações sobre casamento na atualidade e a ausência de programas brasileiros para a orientação e preparação de casais para a conjugalidade, acreditamos ser importante o desenvolvimento de um trabalho com foco nas demandas sociais referentes ao matrimônio. Assim, surgiu a iniciativa de construir um Programa Psicoeducativo para casais no período pré-matrimonial e para casais recém-casados promovendo informação com relação a aspectos importantes da vida conjugal, como expectativas com relação ao parceiro e ao casamento, ciclo vital, formas de comunicação, papel da família de origem, compreensão da individualidade x intimidade, divisão de tarefas e o crescimento da mulher no mercado de trabalho; aspectos entendidos e assinalados pela literatura como grandes fontes de conflito quando não elaborados.

2.Objetivos

2.1.Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo geral o desenvolvimento de um Programa Psicoeducativo focado nas relações conjugais de casais em período pré-matrimonial e casais recém-casados, com até cinco anos de união. Nossa proposta é construir um curso que auxilie e instrumentalize os membros do casal na compreensão de aspectos fundamentais da dinâmica conjugal, como suas expectativas em relação ao casamento, o papel da família de origem, suas formas de comunicação, as fronteiras existentes entre individualidade e intimidade e a divisão de tarefas.

É importante destacar que esta pesquisa apenas enfoca o processo de construção e elaboração da proposta de um Programa Psicoeducativo, sua aplicação será desenvolvida em trabalhos futuros.

2.2.Objetivos específicos

Através da leitura de textos sobre casamento e relacionamentos, visto descrever temas presentes na dinâmica conjugal que muitas vezes são fonte de conflitos e dificultam a construção de uma relação matrimonial estável. Abordaremos questões que permitam o reconhecimento da individualidade de cada um e que permitam o crescimento do casal em seu dia a dia.

3.Referencial Teórico

Este trabalho será fundamentado nos princípios do pensamento sistêmico novo paradigmático, com um enfoque nos aspectos do ciclo vital (Cervený, 2004) e na teoria da comunicação (Watzlavick, 1967).

3.1.O Pensamento Sistêmico Novo Paradigmático

Quando falamos de pensamento sistêmico, referimo-nos a uma visão de mundo que confere três dimensões a complexidade, instabilidade e intersubjetividade.

O termo paradigma é por nós utilizado para designar a forma como percebemos e atuamos no mundo e, de acordo com Capra (1982), este termo pode ser empregado para significar a totalidade de pensamentos, percepções e valores que formam determinada visão de realidade; base da organização social.

Esteves de Vasconcellos (2003) pontua que os paradigmas interferem nas nossas ações, de modo que nos impedem de aceitar novas idéias, tornando-nos pouco flexíveis e resistentes a mudanças. Quando nosso paradigma se torna a única maneira possível de percepção e atuação no mundo deparamo-nos com a paralisia de paradigma, ou seja, não nos mostramos disponíveis e nem flexíveis para absorver as demais maneiras de interpretar e interagir como o ambiente em que estamos inseridos. Dessa forma, acabamos por não visualizar as oportunidades positivas que se encontram ao nosso redor. Entretanto, as mudanças paradigmáticas apenas são possíveis a partir de vivências, experiências e evidências que nos coloquem frente aos limites propostos pelo nosso atual paradigma.

O pensamento pós-moderno se estrutura a partir de uma mudança no paradigma da ciência a qual prevê a construção da realidade através de aspectos relacionais, processuais e contextuais, então, quando nos propomos a pensar sistemicamente, ampliamos nosso foco de observação, descrevemos os fenômenos e comportamentos a partir de sua inconstância e as demais descrições e percepções são incorporadas aquilo que observamos.

O pressuposto da complexidade nos mostra que a simplificação obscurece as inter-relações existentes em todos os níveis, daí decorre a importância da contextualização de fenômeno e o reconhecimento da causalidade recursiva. Já a instabilidade considera a indeterminação, seguida da imprevisibilidade dos fenômenos e sua conseqüente irreversibilidade. Por fim, a intersubjetividade reconhece que não há realidade independente de um observador, dessa forma, o conhecimento é co-construído e, conseqüentemente, são aceitas múltiplas versões para o mesmo fenômeno (Cacciaccaro, 2013).

Observamos que através da concepção sistêmica o mundo se constitui a partir de relações de interação, portanto, os sistemas podem ser compreendidos como totalidades integradas, nas quais se enfatizam os processo de organização, interação interdependente e não somatividade das partes. (Capra, 1982).

Quando pensamos em família estamos falando de um sistema ativo e em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes (Andolfi, 1984). É justamente este processo dual que permite aos seus membros funcionarem como unidade assegurando também sua individualidade e diferenciação. Este processo se da forma progressiva e individual, fazendo com que cada um se torne cada vez menos dependente em seu funcionamento do sistema familiar original, podendo até separar-se e instituir por si mesmo funções diferentes.

A autonomia e a individualidade não podem ser reconhecidas separadas de um sistema plurigeracional em que o individuo é, ao mesmo tempo, uma parte e um todo de um sistema maior que por sua vez pertence a sistemas maiores, num processo contínuo de comunicação e integração (Cerveny, 2004, p.17).

Para Hill & Mattessich (1979, apud Cerveny, 2004), a diferenciação estrutural progressiva que o grupo familiar sofre ao longo de sua história se dá quando necessita se adaptar às pressões da vida cotidiana e promover mudança para sobreviver enquanto sistema familiar. Portanto, como qualquer outro sistema vivo, a família por suas regras, rotinas, rituais, segredos e outros padrões interativos, opera de acordo com certos princípios de homeostase, morfogênese, não somatividade, feedback e causalidade circular (Cerveny, 2004, p.18).

Erickson (apud Cerveny, 2004) pontua que a família passa por transformações inevitáveis em função das mudanças ocorridas nas ultimas décadas, que incluem os avanços da comunicação, da tecnologia, da globalização, das questões de gênero, da espiritualidade, da biotecnia, do aumento populacional entre outras. Então, pensando a família como um sistema auto regulador, acreditamos que ela seja capaz de fazer frente a essas mudanças procurando novas forma de adaptação (Cerveny, 2004, p.19).

3.2.O Ciclo Vital

O ciclo vital familiar representa um conjunto de etapas ou fases definidas sob alguns critérios como idade dos pais, dos filhos, tempo de união de um casal, entre outros, pelos quais as famílias passam desde o início de sua constituição até a morte de uma geração ou dos indivíduos que a iniciaram (Cervený, 2004).

Erickson (apud, Cervený, 2004, p.21) descreve não apenas o conceito de ciclo vital familiar como também o ciclo vital individual, o qual acredita ser impossível compreender em separado do contexto onde este indivíduo está inserido.

De forma gradativa o indivíduo passa de uma fase inicial da vida, bastante dependente, para outras mais autônomas até que na fase adulta o padrão das relações se torna mais equilibrado. Ao longo desse processo, os afetos, as percepções dos papéis e funções de cada um, a dinâmica das relações e o investimento emocional também estão em constante mudança e reorganização, fazendo com que em cada etapa o significado que o sistema adquire na vida particular de cada indivíduo seja diferenciado (Cervený, 2004, p.24). Desta forma, dentro de uma perspectiva sistêmica, o homem é percebido como um ser inserido em sistemas, sendo que o primeiro e o principal é a família, portanto, podemos compreender o ciclo vital familiar como etapas evolutivas do desenvolvimento da vida familiar, ou seja, fases que a família vivencia enquanto sistema, movendo-se através do tempo.

Quando falamos em Ciclo Vital referimo-nos a fases de desenvolvimento individual e familiar, compreendemos que o ser humano está em constante mudança e aprendendo a cada dia, compondo sua personalidade. No entanto, não podemos reconhecer essas fases sem levar em consideração que esse indivíduo ao mesmo tempo faz parte de um sistema maior, combinado da sua interação e comunicação, que é o sistema familiar.

Como um sistema movendo-se através de tempo, a família possui propriedades basicamente diferentes de todos os outros sistemas, assim, as famílias incorporam novos membros através do nascimento, adoção ou casamento e estes apenas se desligam através da morte.

Cervený (2004) descreve em seu trabalho quatro fases do ciclo vital: aquisição, adolescente, madura e última, no entanto, explicitaremos apenas a fase de aquisição, pois é a fase que será abordada e trabalhada nos grupos psicoeducativos.

3.2.1.Fase de Aquisição:

É caracterizada como a fase em que o novo casal adquire seu próprio modelo de família através da renegociação de valores e regras de relacionamento, chegada dos filhos, aquisição de patrimônios e de uma nova rede.

O início do processo da fase de aquisição é marcado pela conquista de viver uma relação envolvida por descobertas, diferenças, medos, esperanças e criação de vínculos. Nesta fase da relação muitas negociações deverão ocorrer, pois o casal entra em contato com a bagagem que cada um trás de sua historia de vida, exigindo muitas vezes, que haja um afastamento destas historias para poder planejar o futuro, suas metas e adaptar-se a mudança decorrentes do início da vida conjugal. Este momento pode ser marcado por insegurança e estranheza em dividir o espaço, sensação de perda da individualidade vivida anteriormente.

É durante esta fase que se adquire a estrutura de uma vida a dois, ou mais, no caso dos recasamentos, em que o novo casal tenta organizar papéis, tarefas, implantar regras e administrar gastos. Durante o processo de construção de identidade do casal é que vão aparecer formas de administrar os conflitos, as negociações relacionais e a decisão de como lidar com as diferenças. Esta dinâmica atinge também as relações com a família de origem, uma vez que elas auxiliam o casal em sua constituição e individuação.

O relacionamento com a família de origem também passa por revisão, visto que muitas mudanças e novas configurações são introduzidas neste novo cenário relacional. Neste aspecto é importante um distanciamento emocional, para que o casal possa analisar suas famílias, com o intuito de construir seu próprio padrão de relacionamento, assim além da distancia com a família, é importante estabelecer fronteiras com os pais, como forma de assumirem suas próprias responsabilidades e independência financeira e emocional.

De acordo com Cervený (2004), diferenciação é o conceito criado para explicar os movimentos psicológicos vivenciados por cada elemento dessa nova parceria – um novo casal que se construiu – para que uma relação estável se estabeleça. É essencial para a vida do casal acertar as diferenças e construir uma individualidade preservando o espaço individual e conjugal.

Entendemos, assim, que *adaptar-se* é o primeiro passo que se dá diante da união conjugal, visto que durante este período o casal se diferencia de suas famílias de origem e começa a construir sua forma de se relacionar com ela. Os sentimentos ambivalentes

circundam a dinâmica conjugal, uma vez que são muitas as negociações e reflexões que acompanham a construção da conjugalidade.

Quando se inicia a construção de um novo casal, observamos algumas dificuldades sejam elas financeiras, em relação à divisões de espaço físico e emocional, ou mesmo na aquisição de novos papéis e funções. Começa-se a elaboração de um padrão de relacionamento entre o casal, que envolve assumir compromissos, fazendo parte dessa nova vida. Cabe neste início a re-significação de expectativas, planos e sentimentos, tarefa esta que leva ao planejamento do futuro aliado a todas as responsabilidades e conquista da maturidade.

De acordo com Cervený (2004) a fase de aquisição também é marcada pelo processo de, que surge a partir do momento em que os casais co-habitam, isto implica em sintonia e identificações. A cumplicidade é essencial para a vida conjugal, pois fortalece a união e auxilia o casal no enfrentamento das crises.

É na fase de aquisição que os casais decidem sobre ter ou não filhos e em que momento esse passo será dado, já que é durante esse período que investimentos profissionais, pessoais e financeiros também estão sendo estruturados.

A escolha pela vivência da parentalidade engloba um processo complexo, pois envolve transformações psicológicas e emocionais em ambos os cônjuges a partir da reformulação e renegociação de papéis, funções, metas. É com a chegada dos filhos, sobretudo do primeiro, que homens e mulheres vêem suas vidas transformadas, já que novos padrões e sentimentos vêm à tona em função dessa nova configuração familiar.

Ao longo de uma relação a dois, uma fase de decepção segue-se a ilusão inicial, ainda no Período da fase de aquisição, não porque os parceiros estivessem propositadamente escondendo parte de si mesmos, mas porque a convivência revela necessariamente aspectos menos atraentes de cada personalidade, exigindo de ambos maturidade emocional para lidar com frustrações. Esse movimento de ajuste da realidade pode variar em intensidade, sendo um ponto potencial para gerar conflitos destrutivos. O principal desafio do casamento é ultrapassar a fase de decepção, mantendo o amor, a consideração e a admiração de um pelo outro mesmo diante de suas imperfeições (Távora, 2004). O aspecto mais comprometedor dessa fase não é a decepção em si, mas a impossibilidade criada pelo clima de desalento de se comunicar construtivamente e negociar aspectos da nova realidade.

A família em Fase Aquisição vivencia os conflitos e as novidades de uma geração em transição, reflexo de um contexto social em transformações contínuas. Valores, crenças, regras de vivência e, em especial, as expectativas e desejos em relação à vida conjugal, estão sendo reconstruídos constantemente, criando para os jovens casais e para casais que reconstroem suas vidas em recasamentos, demandas novas, não vivenciadas por gerações anteriores. Assim, a falta de modelos e de padrões gera a necessidade de se “reinventar” a cada dia, uma nova forma de se viver em relação conjugal. Nossa principal preocupação enquanto terapeutas de família diz respeito, especialmente, ao padrão de aquisição de vários casamentos ou uniões ao contrário de um casamento e várias aquisições relativas a ele (Cervený, 2004, p.56-57).

Nossa proposta é construir um curso que auxilie e capacite estes novos casais a compreender aspectos fundamentais da dinâmica conjugal, sobretudo, diante da construção de uma nova organização familiar, fato que envolve revisão de valores, expectativas, papéis e novos planos.

3.3. Teoria da comunicação

*“Quem não compreende um olhar, tampouco
compreendera uma longa explicação.”
Mario Quintana*

Pensamos a comunicação como um processo social permanente que engloba múltiplos modelos de comportamento, tais como a palavra, os gestos, os olhares e o espaço individual, representando, assim, um todo integrado.

A comunicação não está restrita à transmissão de informações, mas também é descrita como o que define as relações, uma vez que os indivíduos constroem significados e se influenciam mutuamente no durante processo comunicacional.

Cajueiro dos Santos (2003) descreve em sua tese um aspecto muito importantes sobre comunicação no século XX e XXI, pois afirma que vivemos em tempos de extrema conexão, no entanto, cercados pela solidão diante do grande acesso à informações, conteúdos e pessoas no mundo virtual. Quando nos conectamos a internet, temos a sensação de que nossa cabeça esta cheia de gente, mas na realidade estamos sozinhos na sala, no quarto ou em qualquer outro lugar, portanto, ainda sozinhos. Podemos compreender que apesar desta pluralidade de

tecnologia de comunicação, troca de informação e até de emoções o homem ainda se sente só, uma vez que o autor defende a idéia de que a real comunicação estaria, de alguma forma, relacionada a presença física.

Em 1988 Lipovetsky em sua obra *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, pontua a ascensão de uma segunda revolução individualista nas sociedades atuais, pois o espaço público deixa de ser investido. O autor explica que este fenômeno ocorre pelo o fato de as pessoas trocarem espaços públicos de convívio por um banco na frente de uma tela de televisão ou de um computador indicando significativa mudança no comportamento social. Os meios de comunicação estruturam-se dentro da lógica do privado, feitos a partir da exacerbação do eu. Assim, quanto mais as pessoas se procuram, menos elas se encontram, de modo que a sociedade nunca havia experimentado tamanha vastidão de informações e tecnologias como na atualidade.

Para Marcondes Filho (2002) a comunicação é um processo social, um acontecimento, uma combinação de múltiplos vetores (sociais, históricos, subjetivos, temporais, culturais) que se dá pelo atrito dos corpos e das expressões e deve ser trabalhada como um tornar comum, como uma espécie de vínculo que se estabelece entre dois seres que sinalizam um para o outro e que tentam colocar em contato mundos que são próprios, peculiares, interiores a si mesmos. Para o autor a comunicação se dá quando se consegue fazer com que o outro atinja a mesma frequência do pensamento daquele que fala, que seja capaz de sentir e compreender as idéias como o falante.

Para Maturana (2001) a linguagem, diferentemente do sentido que lhe dão os lingüistas, não é constituída de trocas simbólicas, não é a relação de significação e sentido, mas sim pura e simplesmente uma forma de comunicação, conjunto de comportamentos, gestos, movimentos, sons e posturas corporais e, em contra partida, as palavras são apenas nós no que ele chama de fluir das coordenações de ações. Assim sendo, linguagem é formalização e não simbolização, seus usos não interessam e todos os conceitos reduzem-se a situação de signos em relação a um dado ao qual eles permanecem exteriores.

A partir de uma perspectiva oposta, Gregory Bateson (1984), não consegue imaginar os organismos fora de sua relação com o ambiente. De acordo com o autor, o contexto externo é imprescindível para processo comunicacional, uma vez que é nele que se engendram as atitudes, comportamentos e o desenvolvimento da vida. Relacionar-se com o outro,

comportar-se socialmente é, necessariamente, comunicar e não se comunicar é simplesmente impossível. Dessa forma, defende as seguintes ideias:

1. a comunicação é um processo, um processo mais analógico do que digital, ou seja, ela ocorre em vários níveis verbais e não-verbais, e é exatamente nos não-verbais que ela é mais eficiente; assim, o processo humano de comunicação configura-se como um jogo com esses vários níveis ou tipos lógicos;
2. comunicação é o mesmo que comportamento, realiza-se automaticamente na medida que existimos, é um processo que não tem oposto, ninguém pode não se comportar assim como não pode deixar de se comunicar
3. a esquizofrenia é uma incapacidade de identificar sinais metacomunicacionais;
4. numa relação entre dois agentes não se pode falar apenas em transferência de energia, ocorre muito mais que uma troca de informação;
5. na mente humana não existem objetos ou eventos, mas somente percepções e regras;
6. a essência da comunicação é a criação de redundâncias.

Bateson (1984) afirma que a comunicação é um processo que envolve diferentes planos e diferentes modulações. O mais elementar é o plano da linguagem verbal indicativa, mas este plano precisa ser checado por outros planos que acompanham a fala para ser efetivamente compreendido; ou seja, não basta saber que a coisa é dita, é preciso ver como ela é dita, se refere informação, advertência, ironia ou gozação. Os outros planos da linguagem, acima do plano meramente denotativo, são formas conotativas que podem estar inseridos na linguagem sob o formato de ironias e metáforas ou fora dela com é o caso das expressões corporais, faciais e inflexões.

À vista disso, Bateson afirma que a comunicação humana é, sobretudo, um jogo, ou seja, mais do que um processo uniforme e lógico. As pessoas tem que saber associar a coerência de uma frase dita a uma determinada situação, a maneira como ela é falada, as intenções claras ou escondidas do falante para poderem se posicionar.

Para Watzlawick, Beavin & Jackson (1967) o estudo da comunicação humana pode ser subdividido em três áreas interdependente: sintaxe, semântica e pragmática.

A *sintaxe* é a parte estrutural da comunicação, ou seja, códigos, canais, capacidades, ruídos, redundâncias e outras propriedades da linguagem. Já a *semântica* tem como foco

principal o significado da mensagem. E a *pragmática* tem por objetivo estudar os efeitos comportamentais da comunicação.

Os autores descrevem os pressupostos básicos para os processos comunicacionais a partir dos cinco axiomas da comunicação:

- 1 – A impossibilidade de não se comunicar;
- 2 – Qualquer comunicação implica um compromisso e, por conseguinte, define a relação, ou seja, não só transmite informação mas, ao mesmo tempo impõe um comportamento;
- 3 – A comunicação diz respeito a interação, troca de mensagens entre os comunicantes que se baseia na seqüência de eventos, na pontuação utilizada por eles;
- 4 – Os indivíduos se comunicam de maneira digital (verbal) e analógica (não verbal)
- 5 – Todas as permutas comunicacionais são simétricas ou complementares.

A partir da estruturação destes cinco axiomas compreendemos que para os autores os termos comunicação e comportamento são utilizados como sinônimos, ou seja, de acordo com o primeiro axioma, através da idéia de que não se pode não se comunicar compreende-se que é improvável que um indivíduo também deixe de se comportar, de interagir com o outro e com o meio. Sendo assim, podemos afirmar que o falar, o silêncio, os gestos, as mímicas, as expressões faciais e diversas outras formas de expressão podem ser consideradas formas de comunicação.

Em contrapartida, a interação com o outro permite o desenvolvimento de uma relação a partir do que se recebe como informação, seja ela verbal ou não-verbal. Todavia, podemos afirmar que a comunicação não apenas traz informações, mas define de que forma se estruturam as relações, conforme descrito pelo segundo axioma.

É relevante destacar que os autores denominam *mensagem* uma unidade comunicacional isolada e uma série de mensagens trocadas por pessoas é chamada de *interação*. Assim, o que existe entre o conteúdo (relato) e a relação (ordem) da comunicação está descrito a partir do terceiro axioma e pontua que conteúdos exprimem comportamentos.

Já o quarto axioma descreve que o aspecto *relato* é a mensagem que transmite a informação e, assim sendo, no processo de comunicação humana representa um sinônimo de

conteúdo da mensagem. O conteúdo, por sua vez, se refere a qualquer coisa que seja comunicável, independente de a informação ser verdadeira, falsa, válida, inválida ou indeterminável. O aspecto *ordem*, caracteriza a espécie da mensagem e como deve ser considerada, portanto, refere-se as relações entre os comunicantes. Podemos então dizer que o aspecto *relato* transmite os dados da comunicação e o *aspecto* a ordem preocupa-se em como a comunicação deve ser entendida.

Os autores propõem também que a comunicação humana acontece de duas formas: Analógica e digital. A comunicação analógica engloba toda a comunicação não-verbal e abrange movimentos corporais, posturas, gestos, expressão facial, tom de voz, sequência, ritmo, pistas comunicacionais e qualquer outra manifestação não-verbal que esteja presente em qualquer contexto em que uma interação ocorra. A comunicação digital diz respeito a troca de informações sobre objetos e para a transmissão de conhecimentos, ou seja, trata-se da linguagem verbal, através do uso de palavras.

Por fim, o quinto axioma diz respeito a padrões interacionais simétricos ou complementares, sendo que na comunicação simétrica, os parceiros tendem a refletir o comportamento um do outro. Na comunicação complementar, o comportamento de um parceiro complementa o do outro. Sendo assim, a interação simétrica se caracteriza pela igualdade e a minimização da diferença ao passo que a interação complementar baseia-se na maximização da diferença.

3.3.1.Problemas da comunicação

As tentativas de comunicação nem sempre são bem sucedidas e muitas vezes possuem alguns obstáculos ou ruídos que fazem com que o processo comunicacional não aconteça de maneira clara e efetiva entre os comunicantes. É possível que exista a tentativa de não se comunicar em qualquer contexto, que a comunicação queira ser evitada, mas a partir da premissa que é impossível não se comunicar a pragmática da comunicação humana proposta por Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) divide esta tentativa de não comunicação em três reações possíveis: rejeição da comunicação, aceitação da comunicação e desqualificação da comunicação.

- **Rejeição da comunicação:** se dá quando um dos comunicantes deixa claro que não está interessado em conversar. Considerando que pelas regras sociais de convivência isto é inaceitável, um silêncio tenso e embaraçoso tomará conta do ambiente pelo fato de que a

relação com o outro comunicante não foi de fato evitada, uma vez que a comunicação não-verbal não deixou de existir.

- ***Aceitação da comunicação:*** se dá quando um dos comunicantes cede e aceita a conversa proposta pelo outro, mesmo quando seu objetivo não era este e não consegue encerrar a conversa iniciada pelo outro comunicante.
- ***Desqualificação da comunicação:*** se dá quando existem declarações contraditórias, incoerentes, mudanças bruscas de assunto, frases incompletas, interpretações errôneas, estilo obscuro ou maneirismos da fala. Há interpretações literais de metáforas e interpretações metafóricas de comentários literais.

Estas barreiras de comunicação acima expostas são impostas pelo emissor, pelo receptor ou por ambos e influenciam diretamente a qualidade da troca de informação e significados.

Na fase de aquisição (Cerveny, 2004), propõe que os casais construam canais de comunicação, dessa forma, as dificuldades comunicacionais que podem interferir na construção da cumplicidade, elemento essencial para a vida conjugal, podem ser melhor compreendidas e transformadas.

3.3.2.O casal e a comunicação

Segundo Rosset (2004), quando um indivíduo não consegue mostrar o seu próprio mundo para o outro, torna-se uma relação de casal com membros desconhecidos. O segredo para um bom relacionamento é cada um expressar o que for necessário, dizer e sentir que foi compreendido. A dificuldade em se comunicar torna a relação disfuncional e os indivíduos criam defesas para não sofrerem, eliminando aos poucos a comunicação entre eles. Essas defesas podem ser: Jogar com palavras, modificar o significado na forma de falar, negar com gestos o que se afirma verbalmente, invalidar a sua própria comunicação ou a do outro, dar declarações contraditórias, ser incoerente, mudar bruscamente de assunto, dizer frases incompletas, interpretar de forma errônea, falar usando um estilo obscuro ou pedante, usar linguagem técnica e fazer interpretações literais de metáforas.

Como já vimos anteriormente é impossível não se comunicar, porque a comunicação não é somente verbal. Tudo que transmite uma mensagem é considerado uma forma de comunicação, e o outro indivíduo não deixa de responder as mensagens recebidas. Entre um

casal as mensagens aparecem a todo momento, se o casal aprender a se comunicar somente através de não verbais, vai criar uma forma de relacionamento pautada no distanciamento.

Uma das maiores dificuldades no casal é aceitar que não existe opinião certa ou errada, o que existe são pessoas diferentes expondo opiniões carregadas de valores e crenças familiares. Faz parte da comunicação o individuo querer opinar e ajudar aqueles que só querem ser ouvidos ou então falar sobre o outro ao invés de falar sobre si mesmo, sem perceber que essas são percepções próprias e que não fazem parte da realidade do outro. Interromper o que o outro quer falar também dificulta muito a relação, assim com tentar adivinhar o que o outro esta pensando ou sentindo.

A dificuldade comunicacional reflete diretamente na qualidade do relacionamento conjugal, uma vez que o jovem casal ainda está aprendendo a se comunicar e se aprofundando no conhecimento das crenças e valores de cada cônjuge.

4. História do Casamento

Até a destruição do Império Romano do ocidente, em 476 a.C., o casamento alicerçava-se em um acordo formal entre o noivo e o pai da noiva, em que este pagava um dote para o futuro marido de sua filha e esta, por sua vez, não tinha sua vontade ou desejos considerados, assim, compreende-se que a mulher era dada para o marido, representando uma transferência de casa e de senhor. Havia, portanto, o que os autores chamam de “religião doméstica”, que representa essa passagem do culto à família de origem ao culto à família do marido. Dessa forma, pode-se dizer que o casamento, desde os primórdios da civilização, tinha um caráter também religioso (Costa, 2007).

A cerimônia era noturna e acontecia na presença de parentes e amigos, o cortejo passava de casa em casa e era puxado por cavalos, ou os noivos iam a pé. O enxoval era presente do pais da noiva e os amigos presenteavam com o que escolhessem, fazendo do casamento um ato público.

O casamento foi incluído nos fundamentos da Igreja Católica a partir do Concílio de Florença, em 1439, quando o papa Eugênio IV conseguiu impor sua autoridade. Em primeira instância, o casamento tornou-se indissolúvel, porque segundo a Igreja, “*o que Deus une, o homem não separa*”, a poligamia e o concubinato foram proscritos e a infidelidade tornou-se pecado. Nessa mesma época a Igreja sobrepôs o conceito de família ao de casal

estabelecendo que a relação sexual no casamento não podia visar o prazer, apenas a procriação.

Já durante a Idade Média, a importância do amor no relacionamento conjugal era extremamente reduzida, o amor era consequência de uma vida em comum e não a base do relacionamento conjugal, sendo a regra primeiro casar-se e depois amar seu parceiro (Costa, 2007).

Entre a Renascença e a Idade Moderna, as mulheres começaram a casar-se com um pouco mais de idade. As mulheres da aristocracia e da classe média, casavam-se mais do que as de classe operária, devido ao valor dos dotes pagos por suas famílias que eram cada vez mais elevados. Em alguns casos, devido à sua situação econômica e ao número de filhas, algumas famílias eram obrigadas a escolher quais filhas poderiam se casar e quais permaneceriam solteiras. O noivo era escolhido de acordo com sua classe social e situação econômica.

A partir de 1500, principalmente na área Rural da França, os casamentos duravam menos de 15 anos por conta da morte de um dos conjugues – principalmente mulheres por conta do grande número de filhos e as conseqüentes complicações advindas do momento do parto– Os viúvos, homens e mulheres, antes dos 30 anos costumavam voltar a se casar na mesma proporção, mas após os 40 anos, o número de mulheres que recasavam diminuía muito. Por esse motivo, os homens viúvos tendiam a se casar com mulheres mais jovens (Costa, 2007).

Alguns casamentos não eram bem vistos pela Igreja e pela sociedade, pois casar-se pela terceira ou quarta vez, casar-se grávida ou sem realizar uma cerimônia tradicional, ter grande diferença de idade entre os cônjuges ou pertencer a classes sócio-econômicas distintas era considerado um afrontamento às idéias conservadoras da época.

Apenas no século XVIII o casamento igualitário, baseado no afeto mútuo e na compatibilidade sexual se tornou habitual, originando o que na atualidade conhecemos como casamento por amor. Segundo Costa (2007) tal fato está diretamente relacionado com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que fez com que ela passasse de propriedade privada e reprodutora para o lugar de produtora e também parte da classe operária.

No século XX, o conceito de que a família é indestrutível, mas o casamento nem sempre, torna claro que as questões biológicas e de hereditariedade ligam pais, filhos, irmãos

e irmãs para sempre. A cultura do século XX, enriquecida pelos pensamentos psicanalíticos, a profissionalização da mulher, os métodos anticoncepcionais e a legalização do divórcio, afastaram o casamento da influência familiar, da religião e do Estado, permitindo que assumisse mais verdadeiramente sua condição de relacionamento amoroso e sua conotação sexual.

Segundo Costa (2007), pesquisas realizadas na França e na Suécia, no século XX, o número de casais não casados era superior ao contingente de casais casados e, em contrapartida, nos Estados Unidos, o número de divórcios crescia rapidamente. Segundo especialistas, agora, no século XXI o número de divórcios continua progredindo em larga escala.

Na contemporaneidade costuma-se cometer o engano de se acreditar que os casamentos atuais são piores e mais sensíveis que antigamente, no entanto, o que ocorre é que questões como qualidade conjugal, afinidade e amor são as forças motrizes das uniões atuais e, portanto, não havendo satisfação conjugal e devido as facilidades legais de se terminar uma união, as pessoas optam por se separar ao invés de permanecerem juntas *“Até que a morte as separe”*, como era antigamente.

4.1. A escolha do parceiro

Para abordarmos a temática da escolha do parceiro é importante falarmos da família. A família constrói uma visão de mundo que é compartilhada entre os membros que a formam, mas cada um terá seu sistema de crenças particular que organizará sua realidade e orientará futuras escolhas. A família é um sistema que possui um padrão de relacionamento, é interdependente, ou seja, cada membro influi e é influenciado pelos seus integrantes. Cada família tem suas características que evidenciam padrões de interação que influenciam os novos núcleos que irão se formar. Segundo Ceverny (1992), não só a família de origem como as gerações anteriores, influenciam no modo como o indivíduo vê o mundo e se relaciona com os outros a sua volta. Dentro desta dinâmica familiar aparecem características relacionais, tais como o nível de diferenciação entre seus membros, as triangulações formadas por eles, as regras, os rituais, as lealdades (visíveis ou invisíveis) e as formas de comunicação, que irão influenciar nas escolhas dos parceiros durante a vida.

Este funcionamento interno dos sistemas familiares é transmitido no decurso de várias gerações permitindo conectar valores, crenças e padrões familiares com os sistemas sociais

mais amplos. O conceito de diferenciação do self situa o indivíduo no processo de maturação emocional e intelectual.

De acordo com a teoria de Bowen (1989), a diferenciação do self, é constituída por dois níveis: o primeiro nível se caracteriza como o *básico*, que são as primeiras experiências vividas pela criança desde o seu nascimento e a interação com a família de origem, que permaneceu estável e pouco negociável nas relações com o meio social. O segundo nível é o funcional, que faz parte de si-mesmo e que sofre a influência de múltiplos fatores. Entendemos, então, que quanto maior o grau de diferenciação do indivíduo dentro do sistema familiar, maior será a chance dele seguir seus ideais e objetivos. Em contrapartida, quanto menor o grau de diferenciação, mais fusionado o indivíduo estará e suas escolhas e decisões são influenciados pelos pensamentos e opiniões dos outros.

Observamos através dessa teoria que os indivíduos geralmente se aproximam e se atraem por pessoas a partir do seu nível de diferenciação, ele procura um parceiro com nível semelhante, que seja capaz de discriminar suas ações e de tomar suas próprias decisões.

Andolfi (2002) considera que a preparação de uma intimidade autêntica, e não projetiva, antecede de longe a constituição do casal. Quanto mais forte é o senso de identidade construído por um longo processo de diferenciação de pessoas significativas, maior é a possibilidade de que o indivíduo mantenha-se íntegro nos conflitos com o parceiro e melhor tolere a intimidade sem medo de perder a individualidade. Um processo de individuação bem elaborado permite ao cônjuge enxergar e considerar o parceiro, enriquecendo-se com diferenças.

Cônjuges pouco diferenciados como pessoas, costumam estabelecer verdadeiras batalhas para moldar-se um ao outro a sua imagem e garantir que suas necessidades sejam atendidas. Qualquer oposição a esse esforço é sentida como uma ameaça a relação ou como uma manifestação pessoal de abandono. O parceiro é considerado uma pessoa má ou insensível por não proporcionar a gratificação desejada. Em consequência, os cônjuges estabelecem um padrão interativo de desqualificação mútua na tentativa infrutífera de obter o que desejam (Távora, 2009). Assim, quando há evolução pessoal, individuação, os cônjuges são capazes de construir a autoconfiança necessária para identificar sua participação pessoal no conflito conjugal.

Para Anton (2000), o indivíduo não pode escolher seus pais ou sua bagagem genética, mas pode ter a opção de escolher com quem irá se relacionar fora do ambiente familiar. As relações de duas pessoas derivam das relações que estes estabeleceram com o seu próprio self, ou seja, seus registros pessoais, crenças, e os recursos que foram se desenvolvendo e integrando a bagagem genética e os diferentes modelos e níveis de aprendizagem.

A escolha do parceiro segundo Rosset (2004), obedece a algumas razões sobre as quais os envolvidos tem consciência e controle; entretanto, a maior parte das razões da escolha esta enraizada na história pregressa da pessoa, e nem sempre ela tem consciência de tais fatores.

De acordo com Ângelo (1995), a experiência cotidiana parece indicar que quanto menos elementos conflitantes não-resolvidos tiver a família de origem, tanto mais “livre” é a escolha do parceiro, no sentido de que as obrigações, as proibições, a necessidade de se ligar a um “determinado” tipo de parceiro são muito menos prementes.

A escolha do parceiro, aparentemente envolve duas pessoas, ou podemos dizer que na realidade pressupõe uma estrutura de triangulação pertencente ao contexto atual ou passado. A história da pessoa está envolvida juntamente com relações atuais ou na sua dimensão histórica, formando suas relações significativas, tanto em relação à família de origem, quanto em relação à rede social. Em um estudo realizado sobre a escolha do parceiro, Férres-Carneiro (1997), mostrou que homens e mulheres valorizaram as mesmas qualidades em seus parceiros: fidelidade, a integridade, o carinho e a paixão.

Em outro estudo mais recente sobre a construção da identidade conjugal no casamento contemporâneo Férres-Carneiro (2001) analisou algumas categorias e dentre elas a escolha amorosa. A pesquisa mostrou que os jovens estão construindo a relação gradativamente, implicando em primeiro finalizar os estudos e obter realização profissional para então encaminharem à escolha e ao casamento conseqüentemente, estão tentando se organizar e se planejar melhor. Mostra, também, que na construção da identidade conjugal, homens e mulheres, ressaltam a importância da individualidade na vida a dois, ao mesmo tempo em que enfatizam a importância de compartilhar e dividir.

Giddens (1993), afirma que hoje as pessoas estão em busca de relações mais transparentes, baseadas na confiança e na lealdade mútua. Define intimidade como sendo o envolvimento de duas pessoas na determinação de condições de sua associação, da verdadeira

cumplicidade e fidelidade das intenções, responsabilidade e corporativismo nos projetos que os ligam.

4.2. Ritos de passagem

Os ritos de passagem normalmente são ligados a eventos emocionalmente críticos da vida. Tem como uma de suas funções a redução da ansiedade em relação às mudanças que estão para acontecer, facilitam o senso do eu e senso de participação de uma família ou grupo, permitindo a elaboração de papéis, fronteiras e regras. Imber-Black (1995) pontua que os rituais assinalam transições normativas de ciclo de vida, funcionam em muitos níveis, possibilitando a mudança individual, a mudança no relacionamento, a mudança sistema familiar e a mudança família-comunidade.

A família ocupa um espaço fundamental nos ritos de passagem, já que está fazendo a transição para um novo estágio de vida, de tal forma que seu envolvimento é de suma importância nestas ocasiões.

Segundo Anton (2002) os ritos de passagem, marcam momentos em que as pessoas introduzem uma importante mudança em suas vidas. Suas famílias reúnem-se, e reúnem-se também os seus amigos. Os festejos assinalam alegria e bons votos. Os bons votos denotam algum temor e têm a força de uma benção.

5. Conjugalidade

5.1. Construção da conjugalidade na contemporaneidade

A conjugalidade tem passado por momentos de transformação através dos anos, apresentando modelos relacionais distintos. Assim, a vida conjugal e familiar se reconstrói continuamente a partir das mudanças sociais e culturais, logo as transformações que a conjugalidade vem sofrendo retratam a crise do modelo tradicional de família, vemos, então, um movimento em que cada casal quer construir, juntos, seu próprio modo de ser família.

Silva Neto & Strey (2008), em seu estudo conjugalidade nos mostram que as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelas mudanças ocorridas no casamento, pois, a partir de sua saída do ambiente exclusivamente doméstico, para que pudessem assumir também uma vida pública, não estão isentas da responsabilidade pelo cuidado com a família, os filhos e a casa. Desse modo, outro aspecto relevante e que implica nas mudanças no decorrer do tempo é a busca por uma vida melhor no sentido da igualdade de direitos e reconhecimento entre homens e mulheres. Nesse momento o sistema precisa de transformações de paradigma para contemplar as necessidades de reorganização necessárias (Menghi, 1995; Satir, 1995; Féres-Carneiro, 1998). Ao mesmo tempo em que existe a satisfação com as novas formas de construção das relações conjugais, também há uma constante busca pela não definição do que deve ocorrer, da percepção, da co-construção entre as pessoas que se relacionam conjugalmente na atualidade, que não necessariamente devem seguir padrões relacionais preestabelecidos.

Vemos que existe a possibilidade de construção de relações que possibilitam formas mais próximas afetivamente e igualitárias. O desenvolvimento das relações mais igualitárias entre homens e mulheres é facilitado pelo desempenho de um trabalho socialmente valorizado.

A formação da conjugalidade, na visão sistêmica, é um processo complexo envolvendo diversos níveis de relacionamento e contextos que resultam na definição psicossocial de uma relação afetiva estável. Ao engrenar na relação a dois, cada parceiro experimenta a reconstrução da sua individualidade, criando um modelo comum e a identidade conjugal (Feres-Carneiro, 1998).

A relação conjugal se delinea a partir de uma perspectiva sócio histórica, uma vez que a idéia de formar um casal tem como pressuposto a integração social acrescida de um vínculo

afetivo e sexual do casal e que se baseia na estabilidade promovida pela relação e que abre possibilidade para a formação de uma nova família. O indivíduo internaliza essas ações psicossociais complexas levando consigo o que é significativo para o casal. (Feres-Carneiro & Diniz, 2010).

Quando um par decide viver juntos, as histórias com suas famílias de origem estão presentes e movimentando o relacionamento, já que padrões, crenças, expectativas e valores precisam passar por um processo de adaptação diante da vida conjugal que se inicia, sendo importante notar que diante da suas vivências, bagagens, legados e herança vemos que é buscando o equilíbrio, que juntos os cônjuges vão construindo sua própria forma de funcionar e essa interação é a base para a formação do casal. Esse processo diz respeito a individualidade e conjugalidade, proporcionando um enriquecimento mútuo, pois cada um vai reescrever sua história com a capacidade de ampliar os recursos para a vida conjugal (Cerveny, 2004).

A relação a dois se caracteriza pela necessidade de criar um espaço conjunto, no qual, o casal possa viver a partir de diálogos abertos e francos, com a oportunidade de conhecer mais a si e ao outro. Essa convivência dá espaço para a intimidade e, como enfatiza Giddens (1993) a construção da intimidade caracteriza-se como comunicação pessoal num contexto de igualdade interpessoal.

Compreendemos que um não pode ser íntimo do outro se o outro também não for seu íntimo; é uma via de mão dupla. A relação conjugal também precisa de um espaço para que se crie a possibilidade de experimentar a proximidade e a intimidade, em que ambos possam se respeitar, se acolher, se nutrir e crescer lado a lado criando um ‘nós’. Segundo Anton (2000), intimidade é um fenômeno singelo e grandioso que ocorre entre duas pessoas e que necessita de cuidados como uma semente, que precisa que a terra seja afogada e regada para que a planta cresça e um dia produza frutos.

Ao iniciar o relacionamento, o casal vai aprendendo a decifrar o outro, entender o que pensa, o que sente e o que quer através de uma escuta aberta e de observação constante. Com a construção da intimidade, abre-se espaço para um lugar esperado e previsível. Começamos a conhecer o outro e diante disso sabemos de antemão alguns de seus passos, o que acaba caindo na previsibilidade de não ver o presente como algo novo. De outro modo, essa previsibilidade demonstra aos parceiros uma certa segurança no relacionamento conjugal,

preservando também a confiança de um no outro; é uma espécie de garantia para seguir a diante e experimentar um sentido especial de intimidade (Anton, 2000).

Neste sentido, Grandesso (2006), ressalta que por mais que essa familiaridade possa fazer desaparecer o brilho das coisas surpreendentes de fases anteriores da relação, manter um relacionamento implica e pressupõe uma certa previsibilidade em relação ao outro. O que antes era quesito surpreendente, nos embalos da paixão onde tudo era novidade, hoje é fonte de estabilidade.

Quando duas pessoas vivem uma relação de proximidade por um tempo considerável, passam a sofrer modificações na forma de pensar, agir e sentir, melhorando a consistência da relação. Conforme essa proximidade e intimidade se tornam mais intensas, o relacionamento vai se organizando e vão diminuindo as diferenças e os ajustes, portanto, se os casais começam a experimentar desentendimentos, pode ocorrer de descobrirem que superfaturaram as concordâncias e agora não fazem mais que tropeçar nas diferenças. Se na construção dessa relação os cônjuges conseguirem superar seus desapontamentos, solidificando a relação possibilitando um maior entrosamento, criarão identidade conjugal (Grandesso, 2006; Wagner & Mosmann, 2011)

Quando duas pessoas se organizam como um casal suas vidas se entrelaçam, as escolhas de um determinam parte da vida do outro, de tal forma que, viver um relacionamento amoroso constitui um contexto para uma alteração inevitável e irreversível do fluxo da vida. (Grandesso, 2006).

Essa construção da conjugalidade é vista como um aspecto de continuidade, pois os padrões estabelecidos entre os cônjuges, vão mantendo a conjugalidade e a qualidade da relação ao longo do tempo, dando base para as diversas circunstâncias previsíveis e imprevisíveis que irão passar no decorrer do ciclo de vida (Cerveny, 2004).

Através da continuidade da relação conjugal, o casal vai adquirindo na convivência seu próprio modo de viver no mundo, desenvolvendo uma espécie de código de ética da relação. Segundo Grandesso (2006), através do conhecimento que um vai tendo do outro, numa diáde amorosa, constrói narrativas implícitas ou explícitas sobre lealdade, sobre o que é digno e justo, esperado ou não pelo parceiro. Deste modo, se alguma atitude diverge do código de ética da relação, o outro não é visto como o mesmo e a isso se associam o desapontamento, a decepção e o sofrimento. A organização desse código, do que é

considerado ou não pelo casal, vai definindo o que vem a ser companheirismo, cumplicidade e parceria.

Outro ponto importante na relação conjugal está em compreender os limites da vida a dois para que os parceiros possam viver como casal, mas sem perder a identidade individual. Isso implica em compreender os limites entre eu-você-nós e meu-seu-nosso.

Dentro dessa expectativa de conjugalidade na contemporaneidade, Giddens (1992) articula a idéia dessa fase atual de se relacionar como "amor confluyente" que presume uma igualdade no dar e receber afeto e se desenvolve a partir da intimidade. Ele conceitua o laço conjugal como "relacionamento puro" tendo em vista que este só se mantém se for capaz de proporcionar satisfações a ambos os parceiros.

Os fatores anteriormente descritos justificam a motivação para o estabelecimento e a construção da relação, o casal pode formular estratégias mais amplas da vida conjugal favorecendo maior satisfação a dois, visto que as negociações conjugais e reconhecimento da autonomia do outro envolvendo assim a manutenção do sentimento amoroso, validando e reconhecendo as necessidades individuais do parceiro, sem deixar de levar em consideração a complementaridade conjugal.

5.2.Vínculo conjugal

Para Dias (2000) vínculo conjugal se define por toda e qualquer relação existente no casamento. O vínculo conjugal abrange o casamento como um todo e é afetado por qualquer crise que se instale na relação. Pode-se dizer que o vínculo conjugal abrange os vínculos amoroso, compensatório e de conveniência. Uma crise conjugal pode ser instalada em qualquer dessas instâncias e comprometê-las de algum modo.

O vínculo amoroso se caracteriza pela atração erotizada entre os membros do casal e é responsável pela sensação de encantamento que se instala entre o casal, sustentando a relação de amorosa, que tem como pilares as atrações sexual, afetiva e intelectual (Dias, 2000)

Os vínculos de conveniência, por sua vez, são baseados nas relações de interesse que acontecem entre os parceiros em uma relação conjugal, podem ser interesses financeiros, materiais ou sociais.

Já o vínculo compensatório ou simbiótico é sempre um vínculo de dependência. Delegam-se aos parceiros, independente da concordância deles ou não, funções psicológicas que deveriam ser de responsabilidade de cada um.

Ao mesmo tempo que o vínculo compensatório é fonte de tensão na relação conjugal, também representa um elo de dependência entre os parceiros, o que mantém o equilíbrio homeostático da relação. É comum vermos casais cujo vínculo amoroso já está deteriorado, mas o casamento persiste por ambos acharem que a sobrevivência seria inviável sem os respectivos parceiros, melhor dizendo, sem as respectivas dependências instaladas nos parceiros. Os vínculos compensatórios, são desta forma, exemplo daquilo que Watzlawick, Beavin & Jackson (1967) definem como relações complementares.

A crise conjugal instalada sobre o vínculo compensatório está, sobretudo, ligada ao não cumprimento da função delegada por um ou ambos os parceiros. O parceiro que tem a responsabilidade sobre a função delegada com o tempo passa a se sentir usado, explorado, cansado, revoltado e deixa de complementar a função da qual foi investido. Assim, quanto mais o parceiro estiver frustrado, mais ele cobra e exige do outro a complementação. O outro, quanto mais exigido e cobrado, mais revoltado e cansado vai ficando.

Desta forma, vai se instalando no casal um clima de cobrança, revolta, exigências, acusações, má vontade, vingança, pirraças e até mesmo desamor. É um diálogo repetitivo, no qual o tema é sempre o mesmo e não oferece nenhuma mudança de atitude. O desgaste do casal é inevitável e as conseqüências são, além de um foco de tensão constante na relação, o clima é de retaliação de vingança e de ressentimento.

5.3. Contrato matrimonial

Távora (2009) pontua que a estrutura de um casamento está assentada sobre dois pilares: um contrato emocional e um código de ética construídos na intimidade de cada relação. O contrato, geralmente não explícito e em parte inconsciente, refere-se à definição dos papéis e à forma particular como os parceiros se relacionam no dia-a-dia compartilhado. O código de ética rege a conduta dos cônjuges, estabelecendo limites de convivência, principalmente do que diz respeito no trato um com o outro. Ao longo do tempo, e com interações repetidas, as regras podem ser flexibilizadas, modificadas ou confirmadas, definindo maneiras aceitáveis de tomar decisões, assim como de expressar carinho, desejo sexual, insatisfação, raiva ou mágoa.

Quando um casamento entra em crise, pelo menos um destes dois pilares precisa ser revisto. Caso contrário o casamento tem poucas chances de sobreviver. Muitas vezes, o apego a antigos acordos e a sensação de ameaça produzida pela perspectiva de mudança impedem os casais de evoluir e desenvolver ajustes necessários à preservação da relação.

Com o desgaste natural da relação conjugal, muitas vezes os parceiros passam a destratar-se e desrespeitar-se um ao outro com tanta frequência que esse estilo destrutivo de interagir torna-se aceito como natural. Mas o limite do respeito mútuo está sendo ultrapassado. Os cônjuges precisam compreender que raivas, magoas e impulsos não justificam a transgressão dos princípios éticos que devem fazer parte da relação. Os limites de convivência devem estar alicerçados na percepção do sofrimento particular de cada parceiro (Távora, 2009).

Casais em crise infringem suas próprias normas de convivência civilizada, sentindo-se a vontade para expressar insatisfações de forma desrespeitosa ou violenta. Sentem-se justificados de humilhar-se e insultar-se um ao outro diante de um comportamento indesejado ou de um pedido não atendido. A inflexibilidade dos papéis estabelecidos e o afrouxamento dos princípios de civilidade geram, muitas vezes, disputas declaradas ou silenciosas. O ideal é que o casal consiga, neste momento, atualizar o contrato conjugal e revisar seu código de ética gradativamente criando bases para renegociar a distribuição de poder, a divisão de responsabilidades e o desenvolvimento de competências para negociar e lidar com as diferenças (Távora, 2009).

Existem os contratos matrimoniais com códigos legais que institucionalizam os direitos dos cônjuges com relação às pessoas e seus bens, legislando geralmente a favor dos filhos. Também existem os contratos matrimoniais individuais, estes são conscientes e inconscientes e dizem respeito às obrigações conjugais, às expectativas, benefícios que espera obter do matrimônio em geral e de seu cônjuge em particular.

Neste trabalho daremos ênfase apenas aos contratos individuais, uma vez que representam um dos focos de intervenção a serem trabalhados no grupo psicoeducativo.

No contrato individual os cônjuges trazem para a relação marital seus próprios contratos, uma agenda secreta composta de crenças, valores e profecias, que deve ser compartilhadas para que esses contratos possam ser elaborados em conjunto e que se tornem algo único.

O casal deve tratar de formular seus propósitos e objetivos individuais de forma clara e inequívoca, sem ambivalências, para que apareçam as áreas de coincidência e de desacordo entre eles.

Satir (1995) identifica uma relação saudável como aquela em que existe um senso de igualdade entre as partes. A autora considera necessária uma distribuição de poder equilibrada e uma alternância de papéis complementares, o que se opõe ao engessamento dos papéis inflexíveis de dominador/dominado, carrasco/vítima, cuidador/cuidado. Esses fatores podem comprometer profundamente a funcionalidade da relação de casal. De acordo com Satir (1995), uma relação bem sucedida só pode acontecer entre duas pessoas que se sintam de igual valor uma em relação a outra. Ambos os sexos possuem talentos cognitivos e intuitivos que devem ser desenvolvidos e integrados. Ao contarem apenas com parte de si mesmos, os cônjuges tentam precariamente formar um todo a partir de duas pessoas incompletas. A intimidade satisfatória e duradoura somente é possível entre duas pessoas completas e pelo menos relativamente autônomas emocionalmente.

5.4. A dinâmica Conjugal: Obstáculos ao crescimento

Uma relação a dois percorre etapas previsíveis ao longo do tempo, embora variem as circunstâncias de vida de cada casal, pois, a maneira como esse caminho é trilhado depende não só da bagagem emocional que cada cônjuge traz para o casamento, como também da forma como suas histórias pessoais são combinada (Távora, 2001).

Na atualidade, Anton (2000) comenta que por mais realista que seja um relacionamento significativo, sempre haverá uma mistura de manifestação do passado e do presente, da realidade e da fantasia. Outros diversos autores de diversas abordagens teóricas convergem suas reflexões para o reconhecimento da influência das vivências originais na dinâmica da relação de casal atual (Satir, 1995; Bustos, 1990; Seixas, 1992; Ângelo, 1995; Zinker, 2001; França, 2005).

De fato, a construção de uma relação a dois é permeada não só por uma sucessão de demandas presentes, mas também por um movimento subjacente da busca da satisfação de necessidades não atendidas no passado. Ciclos de pedido-frustração-resignação ou pedido-frustração-reparação determinam o encaminhamento de uma relação conjugal bem ou mal sucedida. Três fatores importantes interferem nesse processo: o amadurecimento emocional

de cada cônjuge, a influencia das tradições culturais na determinação dos papéis conjugais e a decepção evolutiva do ciclo conjugal.

6. Método

Em um primeiro momento realizou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de elencar as publicações que apresentavam como descritores a conjugalidade, a educação conjugal, o casamento, a comunicação, aconselhamento e o vínculo conjugal. A partir do levantamento e leitura do material fundamentamos uma proposta de intervenção junto a casais pré-nupciais e casais recém casados com até cinco anos de união.

6.1. Proposta de intervenção

Considerando-se a instabilidade característica da sociedade contemporânea com suas rápidas e constantes mudanças no que se refere aos relacionamentos, podemos observar que o imediatismo, o descompromisso, a descartabilidade, o individualismo e a superficialidade das relações têm causado grande impacto nos casamentos. Dessa forma, o casamento tem sido considerado socialmente como uma instituição falida, não apenas pelo número crescente de divórcios, mas também pela grande quantidade de uniões mantidas sem que haja satisfação conjugal, apenas por manutenção do status social ou por causa dos filhos ainda pequenos (Souza, 2000; Justus, 2005; Bauman, 2012).

Nos textos pesquisados, encontramos algumas modalidades de trabalho com casais que se repetem. Assim, organizamos uma tabela comparativa, através do exposto na literatura afim de ilustrar os modelos de grupos que trabalham com casais (Amaral, 2003; Wagner & Mosman, 2011).

Tipo de programa	Objetivo	Método	Temas trabalhados	Público alvo
Religioso	Transmissão dos valores religiosos através dos quais se alicerçará o casamento	São discutidos aspectos da religião através palestras sobre pontos focais das crises relacionais, reforçando a importância e influência da fé e da palavra de Deus na continuidade e no fortalecimento do matrimônio.	Importância da religião no casamento, da participação da família na comunidade e da educação dos filhos seguindo os valores da Igreja. Diálogo, monogamia, infidelidade, alcoolismo, sexo, divórcio e questões financeiras	Casais pré-nupciais, casais casados que vivenciam crises e casais pertencentes à comunidade religiosa
Aconselhamento /Assessoramento	Orientar casais antes que haja sintoma. Buscam prestar esclarecimentos sobre os períodos e processos desenvolvimentais de uma família e um casal. Visam proporcionar elementos de apoio e segurança que favoreçam o cumprimento das tarefas do ciclo evolutivo vital. Tem caráter preventivo.	Grupos de até 20 casais que se engajam em conversas e atividades que são delineadas para desenvolver habilidades e recursos em áreas críticas para a qualidade conjugal. Alguns programas combinam aplicação de questionários aos trabalhos em grupo.	Fatores dinâmicos que podem ser modificados ou melhorados, estilos e formas de comunicação, crenças irreais sobre o casamento, falta de comprometimento com o cônjuge e com a união e a dificuldade de perceber o casamento com um investimento a longo prazo.	Casais pré-nupciais
Terapêutico	Visa instrumentalizar a família e o casal para a elaboração ou reestruturação de aspectos nos quais uma alteração excepcional dos dinamismos do sistema familiar supõe uma ameaça séria ao funcionamento dos meios e procedimentos inerentes às finalidades próprias daquele núcleo.	As orientações são feitas através de estratégias educativas construídas a partir da demandas dos assistidos.	Os temas são levantados e trabalhados de acordo com as propostas trazidas pelos casais.	Casais pré-nupciais e casais casados.

Tabela 1: Tipo de propostas de intervenção com casais.

A partir de nossa pesquisa bibliográfica e do exposto na fundamentação teórica consideramos relevante trabalhar com o aconselhamento pré-matrimonial e de casais recém-casados auxiliando-os a compreender a importância psicossocial dos ritos de passagem, consequência de sua escolha anterior de casar-se e quais as implicações desse novo papel na individualidade e na construção da conjugalidade. Abordaremos, então, a fase de aquisição e seus desdobramentos, a importância da comunicação na construção da cumplicidade e da conjugalidade e seus reflexos na construção da dinâmica conjugal.

À vista disso propomos a criação de um Programa Psicoeducativo capaz de auxiliar os cônjuges e futuros cônjuges na construção de uma relação conjugal satisfatória, estável e duradoura, fornecendo informação e permitindo a co-construção de repertório de enfrentamento para a resolução de conflitos conjugais.

6.2. Estrutura do Programa Psicoeducativo

A idéia é que o programa seja oferecido em forma de aula, em local e espaço apropriado para trabalho com grupo de 10 casais. Será realizado em dois dias consecutivos no período de cinco horas e dividido em duas etapas, sendo que no primeiro dia serão abordados temas referentes ao ciclo vital e a teoria da comunicação, enquanto que no segundo dia discutiremos a construção da conjugalidade.

Nos capítulos anteriores trouxemos os temas que sustentam e embasam nossa proposta de intervenção, de modo a considerar que são assuntos relevantes na construção da dinâmica conjugal e esclarecer ao leitor de que lugar se propõe tal intervenção. Os temas propostos serão abordados com os casais no primeiro momento em forma de aula expositiva e no segundo momento abriremos os respectivos temas para discussão no grupo.

7. Considerações finais

Um casamento feliz não deve ser entendido como um casamento sem problemas, um casamento feliz é aquele no qual os cônjuges seguem se querendo e se respeitando apesar dos problemas.

Ao refletirmos acerca das configurações sócio-culturais contemporâneas, a globalização e os temas por nós discutidos anteriormente, deparamo-nos com indivíduos voltados para a satisfação imediata de suas necessidades emocionais e sociais, fato que leva à construção de relacionamentos amorosos instáveis e pouco duradouros, uma vez que estamos em contato com pessoas pouco interessadas em abrir mão de sua individualidade em prol da co-construção de um relacionamento satisfatório.

No casamento a antinomia conflito/individualidade atinge seu ápice, pois é óbvio que há uma perda no que se refere a liberdade individual, mas o dano deve ser o menor possível e a identidade de cada um deve ser preservada, visto que uma relação saudável envolve duas pessoas inteiras de modo que cada uma tenha espaço para viver sua própria vida e exercer sua individualidade e os dois exercerem juntos uma vida em comum, o que caracteriza a conjugalidade.

Nietzsche traz uma contribuição valorosa a respeito do casamento e da importância do diálogo na vida conjugal ao nos propor um simples questionamento: *“Você crê que seria capaz de conversar com prazer com essa pessoa até a sua velhice?”* (Silva, D. A. M., pag. 245). Esta preocupação vai de encontro a uma questão mais ampla, que não refere apenas o diálogo em si, mas a preservação da relação como fonte de prazer e companheirismo.

Mais profundamente Nietzsche nos convida a pensar que o casamento não é uma relação banal, mas sim algo que se constrói e se sustenta no diálogo honesto entre as partes, assim, afirma: *“Tudo no casamento é transitório, mas as relações que desafiam o tempo são aquelas construídas sobre a arte de conversar”*. (Silva, D. A. M., pag. 241).

A identidade conjugal se constrói a partir das pequenas ações diárias, sendo um trabalho que exige a colaboração e o esforço mútuos numa tentativa constante de resistir as intempéries da vida, fortalecendo os laços e vínculos diante da difícil e delicada tarefa de escolher conviver e construir a vida a dois.

8. Referências

- ANDOLFI, M. (2002). **A terapia de casal como processo transformativo**. In: M. ANDOLFI. **A crise do casal: Uma perspectiva sistêmica relacional**. (p. 99-121). Porto Alegre: Artmed.
- ANDOLFI, M. **Por trás da máscara familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- ANGELO, C. **A escolha do parceiro**. In: ANDOLFI, M; **A crise do casal: Uma perspectiva sistêmica relacional**. (p. 99-121). Porto Alegre: Artmed.
- ANGELO, C; SACCU, C. **O Casal em Crise**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Summus, 1995.
- ANTON, I. L. C. **A Escolha do Cônjuge**: um entendimento sistêmico e psicodinâmico. Porto Alegre: Artmed, 2012 - 2ª Ed. rev. ampl.
- ANTON, I. L. C. **Homem e Mulher: seus vínculos secretos**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ANTHONY GIDDENS, **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**, São Paulo, Editora da UNESP, 1993.
- ADLER-BAEDER, F; HIGGINBOTHAM, B.; LAMKE, I., **Putting empirical knowledge to work: Linking research and programming on marital quality**. *Family relations*, 2004.
- ALFORD, W. KIM. SANDERS, MATTHEW R., BEHRENS, BRETT C. **Can skills training prevent relationship problems in at- risk couple? Four- year effects of a behavioral relationship education program**. *Journal of Family Psychology*. Vol. 15(4). Dec 2001. 750-768. Acessado em: 24/10/2014.
- AMARAL, D. C. R. **Proposta de Capacitação de Líderes Comunitários para Encontro de Casais**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica – SP, 2003.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido - Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos**. São Paulo: Zahar, 2012.
- BERTALANFFY, L V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1968. –
- BOWEN, M. MD. **La Terapia Familiar en la practica clinica**. Vol. Aplicaciones Biblioteca de Psicologia Desclee de Brouwer, 1989.
- BRADBURY, T.; ROGGE, R.; LAWRENCE, E. **Reconsidering the role of conflict in marriage**. In: BOOTH, A.; CROUTER, A. C.; CLEMENTS, M.(ed.). **Couples in conflict**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001. P. 59-81.
- BRUSCAGIN, C. **Comunicação**. In: Aula ministrada no curso de Terapia Familiar e de Casal, PUC SP, 17 de maio de 2011. Notas de aula.

BUSTOS, D. M. (1990). **Perigo... amor à vista: Drama e psicodrama de casais**. São Paulo: Aleph.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARTER, B; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CERVENY, C. A. O. **A família como modelo: Desconstruindo a patologia**. São Paulo: Psy II, 1992

CERVENY, C. A. O; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a Família ao longo do Ciclo Vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CERVENY, C.M.O. **Família e comunicação**. In: Cerveney, C.M.O. (ORG). **Família e...Comunicação, mudança, divórcio, resiliência, deficiência, Lei, bioética, doença, religião e drogadição**. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2004.

CHAPMAN, G. **Agora voce esta falando minha linguagem**. ed. Sao Paulo: Mundo Cristao, 2008

CACCIACARRO, M. F., **A arte de educar: a tarefa de transmitir valores sob a perspectiva parental**. PUC, Sao Paulo, 2013.

COSTA, J. F., **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**, Rio de Janeiro, Rocco, 1998

COSTA, G.P., **O amor e seus labirintos**, Ed. Artmed. Sao Paulo, 2007.

DIAS V. R. C. S. , *Vínculo conjugal na análise psicodramática: diagnóstico estrutural dos casamentos*, São Paulo, 2000.

ESTEVES DE VASCONCELLOS, M.J. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas – SP: Papirus, 2003.

EGGERICHS, E. **Amor e Respeito: O que ale mais deseja, do que ele mais precisa**. ed. Sao Paulo: Mundo Cristao, 2008.

E. W. BURGESS, e P. WALLIN, **Engagement and marriage**, Philadelphia, J. B. Lipp incott, 1953.

FAGUNDES, M. C. F. **A formação do vinculo amoroso**. In: COSTA, M. **Vida a Dois**. São Paulo: Siciliano, 1991.

FÉRES, CARNEIRO, T. **Casamento Contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=pt&tl acessado em 09/10/2014.

FÉRES, CARNEIRO, T; DINIZ NETO, O. **Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais.** 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200014 acessado em: 26/10/2014

FERES, CARNEIRO, T. (2003). **Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade.**

FISCHIMAN, H.C. **Técnicas de Terapia familiar.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

FOSTER, VON. H., Sicht und Einsicht, **Vista e Conhecimento**, Braunschweig/Wiesbaden, F. 1985. Acessado em: 09/11/2014 <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/existocom/index.html>>

FRANCA, M. R. (2005). **Psicodrama de casais: A formação do par amoroso.** In D. M. BUSTOS e colaboradores. **O psicodrama: Aplicações da técnica psicodramática** (3ª ed.): (pp. 351-386). São Paulo: Ágora.

G. BATESON et al., **A caminho de uma teoria da esquizofrenia**, in **Schizophrenie und Familie**, Frankfurt/M, Suhrkamp, 1984, p.11-43, extraído de: **Towards a Theory of Schizophrenia**, *Behaviour Science*, v.1, p. 251-246, 1956, trad. Ciro Marcondes Filho. P. Watzlawick, J.H. Beavin e D.J. Jackson, *Pragmática da Comunicação Humana*, São Paulo, Editora Cultrix, 1967, p.45. acessado em: 24/10/2014.

GUARNIERE A. C. M., **A Comunicacao no Vinculo Conjugal.** Tese de Doutorado, Sao Paulo, 2007.

GIDDENS A., **A transformacao da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** . Sao Paulo, editora da UNESP, 1993.

GILBERT, L. A. & RACHLIN, V. (1987). **Mental health and psychological functioning of dual-career families.** *The Counseling Psychologist*, 15 (1), pp. 7-49.[[Links](#)]

GOTTMAN, J. ; SILVER, N. **Sete Principios para o casamento dar certo.** #. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000

GOTTMANN, J. e CLIFFORD NOTARIUS, **Marital Research in the 20th Century and a Research Agenda for the 21st Century**, *Fam. Proc.*, v.41, Summer 2002

GRANDESSO, M. **Diálogos contidos e monólogos compartilhados: encontros e desencontros na construção de sentido nas relações amorosas.** In: COLOMBO, S. F. **Gritos e sussurros, interseções e ressonâncias com casais.** Volume II. São Paulo: Vetor, 2006.

GRANDESSO, M. A. **Sobre a Reconstrução do significado: Uma Análise Epistemológica e Hermenêutica da Prática Clínica**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

HALFORD, W. KIM. SANDERS, MATTHEW R., BEHRENS, BRETT C. **Can skills training prevent relationship problems in at- risk couple? Four- year effects of a**

behavioral relationship education program. Journal of Family Psychology. Vol. 15(4). Dec 2001. 750-768. Acessado em: 24/10/2014.

IMBER-BLACK, E. **Transições Idiossincráticas de Ciclo de Vida e Rituais Terapêuticos.** In: CARTER, B; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma estrutura para a terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

JOHNSON, M.D., ROGGE, R.D., KARNEY, B.R., & BRADBURY, T.N. (2001). **The role of marital behavior in the longitudinal association between attributions and marital quality.** In V. Manusov & J.H. Harvey (Eds.), *Attribution, communication, and close relationships* (pp. 173-192). Cambridge: Cambridge University Press.

KUBLIKOWSKI, I. **Família e terapia familiar: origens e percursos.** In: Cerveny, C.M.O. (Org). **Família e..intergeracionalidade, equilíbrio econômico, longevidade, repercursões, intervenções psicossociais, o tempo, filhos cangurus, luto, cultura, terapia familiar, desenvolvimento humaro e social, afetividade, negociação.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012

LIPOVETSKY, A **Era do Vazio**, Malden: Blackwell Publishers, 1997. LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

LINS, R., N., **A cama na varanda.** Rio de Janeiro: Ed. Rosso, 1997

L.M. TERMAN, P. BUTTERWEIR, L.W. FERGUNSON, W.B. JOHOSON e D.P. WILSON, **Psychological factors in marital happiness**, Stanford, CA, Stanford University Press, 1938.

M. POSTER, **Critical Theory of the Family**, Boston, Beacon Books, 1980.

MAGALHÃES, A.S; SILVA NETO, J A; STREY, M.N. **Sobre as motivações para a conjugalidade.** In: WAGNER, A. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea-Pesquisas e Reflexões.** Porto Alegre: Artmed. 2011.

MALDONADO, M. T. **Casamento: Terminio e reconstrução.** % Ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MATOS, M., FÉRES-CARNEIRO, T., JABLONSKI, B. **Adolescência e relações amorosas: Um estudo sobre jovens das camadas populares cariocas.** *Interação em Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 21-31, 2005.

MENGHI, P. **O casal útil.** In: ANDOLFI, M; ANGELO, C; SACCU, C. **O Casal em Crise.** Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Summus, 1995.

MILLER, S.; WACJMAN, D. B.; NUNNALLY. E. W. **Couples communication: equipping couples to be their own Best problem solvers.** The Counseling Psycho;ogist, St. Louis, 1983.

MARCONDES, C. F., **O espelho e a mascara: o enigma da comunicacao no caminho do meio, discurso.** Editorial/ ed. Unijui, Sao Paulo, 2002. <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/existocom/index.html>>Acesso em: 09/11/2014.

MATURAMA H., **Amar e brincar, fundamentos esquecidos do humano.** Ed. Palas Athena, Sao Paulo, 2001. Acesso em: 09/11/2014. <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/existocom/index.html>>

MOSMANN, C., WAGNER, A., & Féres-Carneiro, T. (2006). **Qualidade conjugal: Mapeando conceitos.** Paideia (Ribeirao Preto).

MUNHÓZ, M.L.P. **Implicações das famílias de origem na formação do casal: modelos e padrões.** São Paulo, 1996, 257p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontificia Universidade Católica de São Paulo. 1996

NICHOLS, M. P. & SCHWARTZ, R. C. **Terapia Familiar: Conceitos e Métodos.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

PARKER, M. , PELTIER, S., WOLLEAT, P. (1981). **Understanding dual career couples.** The Personnel and Guidance Journal, 60 (1), pp. 14 18.[[Links](#)]

PEREIRA, B. S., **Casais dos anos 80 X casais atuais: diferentes Perspectivas diante do casamento.** PUC, São Paulo, 2013.

PISZEZMA,M.L.R.M. **Terapia Familiar breve: uma nova abordagem em Instituição - 2o Ed.** São Paulo.Casa do Psicólogo,1999

PITTMAN, F. **Mentiras privadas, A infidelidade e a traição da intimidade.** Porto Alegre: Ed. Artes Medicas, 1994.

RAPOPORT, R. e RAPOPORT, R. N. (1969). **The dual career family: A variant pattern and social change.** *Human Relations*[[Links](#)] Acessado em: 24/10/2014.

REAL, T. (2002). **How can I get through to you?: Closing the intimacy gap between men and women.** New York: Simon & Schuster.

RIOS-GONZALEZ, J. A. **Manual de orientacion y terapia familiar.** Madri: Fundacion de Ciências Del Hombre, 1994.

ROSSET, S. M., **O casal Nosso de cada dia.** Editora Sol, 2004.

SANTOS, C. T. , **Por uma cartografia da solidão.** Tese de doutorado, Escola de Comunicação e Arte da USP, 2003. Acessado em: 24/10/2014.

SATIR, V. **A mudança no casal.** In: ANDOLFI, M; ANGELO, C; SACCU, C. **O Casal em Crise.** Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Summus, 1995.

SATIR, V. (1976). **Terapia do grupo familiar: Um guia para teoria e técnica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SCARF, M. **Casais íntimos: Convivência, casamento, afetividade.** Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves editora, 1990.

SEIXAS, M. R. (1992). **Sociodrama familiar sistêmico: Relações entre a teoria sistêmica/cibernética e o sociodrama familiar** (2ª ed.). São Paulo: Aleph.D. A. M.

SOUZA, C. V. **Casamento: O que é isso?** 1 ed. Visoca: Marcos Bomtempo, editora Ultimato, 2000

SILVA NETO,J.; STREY, M. N. (2008). **Gênero e conjugalidade: encontros e desencontros na representação social da relação conjugal.**

SILVA, D. A. M. **Todo poder as mulheres, esperança de equilíbrio para o mundo,** pag.241 – Ed. Best Seller

SILVA, D. A. M. **Todo poder as mulheres, esperança de equilíbrio para o mundo,** pag.245 – Ed. Best Seller

STANLEY, S M.;BRADBURY, T. N.; MARKMAN, H. J. **Structural flaws in the bridge from basic research on marriage interventions for couples. Journal of Marriage and the Family,** Menasha, 2000.

STANLEYt, S.M., MARKMAN, H.J., St. PETERSM., & LEBER, D. (1995) **Strengthening Marriages and Preventing Divorce: New Directions in Prevention Research. Family Relations,** 44, 392-401.

STANLEY SM1. AMATO PR, JOHNSON CA, MARKMAN HI., **Educação pré-marital, a qualidade conjugal e estabilidade conjugal: resultados de uma pesquisa.** PMID: 16569096 – PubMed – indexed for MEDLINE. Data de acesso: 09/10/2014.

TAVORA. M. T. **Contrato emocional e código de ética: pilares da reconstrução conjugal.** Universidade de Federal do Ceará. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 1, pp. 50-57, jan./mar. 2009.

TAVORA, M. T. (2000). **Sociometria das figuras de mundo interno na terapia de casal: Um enfoque metodológico de intervenção.** Revista Brasileira de Psicodrama, 8, 1, 51-66.

TAVORA, M. T. (2001). **Treinamento em psicoterapia individual, de grupo e de casal: Um guia para supervisores e terapeutas iniciantes.** Fortaleza: Programa Editorial Casa de José de Alencar.

TAVORA, M. T. (2004). **Critérios para avaliação e acompanhamento da terapia de casal.** Psicologia Revista, 13, 2, 71-88.

W. KIM H., W. K. **Preparation of this article was supported by an Australlian Research council grant, “Evoluatiiion of a flexible delivery relationship education.”** Relacoes familiares, vol. 53. Issue 5. P. 559-566, 2004. Acessado em: 24/10/2014.

WATZLAWICK, P., BEAVIN, J. & JACKSON, D. **Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos de interação**. Ed. Cultrix, São Paulo, 1967.

WILLI, J. **A construção diádica da realidade**. In: ANDOLFI, M; ANGELO, C; SACCU, C. **O Casal em Crise**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Summus, 1995.

WHITAKER, C A. **As funções do casal**. In: ANDOLFI, M; ANGELO, C; SACCU, C. **O Casal em Crise**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Summus, 1995.

LEDERER, W.J. & D.D. JACSON, **The mirages of marriage**, New York: W.W. Norton, 1968.

ZINKER, J. C. (2001). A busca da elegância em psicoterapia: Uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos. São Paulo: Summus.

<http://eirene.com.br/>, data de acesso 21/01/2014

www.ens.org.br/site/index.php?secao=12, data de acesso 21/01/2014

http://www.santoantoniodapampulha.org.br/site/modules/mastop_publish/?tac=Cr%E9ditos